



"Quão Díficil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 21/12

30 de Novembro de 2012



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecido junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.

Recentrar as Atenções e o Combate!

No passado dia 27 de Novembro procedeu-se na Assembleia da República à votação final e global do Orçamento de Estado para 2013.

Prontamente o MDN produziu e difundiu através do seu "site" um documento a que prosaicamente chamou "OE2013: Temas mais relevantes para a estrutura militar".

Face a este documento propagandístico importa salientar que muito para além das entidades referidas no início do texto, (até porque não andamos à procura de troféus para colocar na parede da sede da ANS), importante mesmo é que se obtenham resultados com as lutas que vamos travando (ainda que não apareçam oficialmente reconhecidos como tal) mas que tragam benefícios para os nossos camaradas e para as suas famílias. Ao referir apenas aquelas entidades, fica mais uma vez claro que é o próprio MDN a assumir que não cumpriu a lei por não ter envolvido todas as entidades a que pela mesma está obrigado.

As reposições ou ligeiras correcções supostamente introduzidas no texto final do OE2013 agora aprovado, a acreditar neste documento do MDN, não são nem podem ser desligadas da presença de mais de doze mil militares e suas famílias nas ruas de Lisboa no passado dia 10 de Novembro, nem dos memorandos e comunicados que foram endereçados a todas as entidades com responsabilidades nestas matérias. As associações socioprofissionais de militares, têm exercido a acção possível nas suas áreas específicas de competências e:

- SIM, pelos meios e vias ao seu alcance, tudo têm dito ao governo, grupos parlamentares, chefias militares e outras entidades sobre o conjunto vasto de problemas que preocupam os militares;

- SIM, respeitosamente foram entregar ao Senhor Presidente da República, Comandante Supremo das Forças Armadas, um documento com o rol de preocupações que tanta inquietude tem provocado nas Forças Armadas;

- SIM, respeitosamente entregaram no Tribunal Constitucional e na Provedoria de Justiça, documento idêntico ao entregue na Presidência da República;

- SIM, respeitosamente, e num acto de cidadania, assistiram ao debate do OE2013 nas galerias da Assembleia da República;

- SIM, respeitosamente se levantaram e retiraram das galerias quanto terminou a votação;

- SIM, respeitosamente e com convicção participaram numa Vigília junto da Presidência da República;

- SIM, sempre respeitaram, respeitam, prezam e fomentam a unidade e a coesão das Forças Armadas;

- SIM, evitam tecer quaisquer comentários públicos ao papel das Chefias Militares;

- SIM, têm um compromisso jurado com a Constituição da República Portuguesa;

- SIM, têm respeitado a lei.

Sim, na verdade, sabemos que temos direitos e exercemo-los!

Exercemo-los com a preocupação e a determinação próprias de quem procura manter a solidez da coesão e da disciplina para que, com honra, dignidade e elevado sentido de missão, continuemos a cumprir, diariamente, múltiplas missões ao serviço de Portugal!

Por isso não procuramos benefícios para uns em detrimento de outros! Da mesma forma não aceitamos que o poder político imponha medidas e mecanismos que tratem diferentemente aqueles que devem ser tratados de forma igual. Por isso repudiamos as pressões políticas, que tantas vezes utilizando mecanismos do sistema remuneratório, são exercidas sobre os militares com o propósito evidente de criar clivagens e desconfiança, tornando-se elas sim, em factores susceptíveis de colocar em causa a coesão e a disciplina das Forças Armadas!

Importa ainda lembrar que estas lutas não se esgotam nem se resumem às questões da reserva e da reforma, para onde habilidosamente nos pretendem conduzir, diluindo a gravidade de todas as outras matérias que verdadeiramente nos afectam e preocupam. As consequências do OE2013 aprovado no passado dia 27 serão profundamente dolorosas para o povo português em geral e para os militares e suas famílias em particular.

“Temas mais relevantes para a estrutura militar” como as “reduções temporárias” nos vencimentos (e que sem explicação continuam a vigorar), os cortes efectivos nos vencimentos, os cortes dos vários subsídios, a demagogia do “benefício” da diluição de um subsídio ao longo de um ano, o aumento de descontos de sucessivos impostos, a degradação das condições de assistência na saúde e a situação do IASFA, a situação do Fundo de Pensões, a crónica, continuada e reiterada falta de reconhecimento da formação dos Sargentos, a falta de definição de carreiras dignas e dignificantes, todos eles temas de verdadeira relevância para esta categoria de profissionais militares, ficaram por abordar como se fossem inexistentes no plano das preocupações do Ministro da Defesa Nacional e das demais entidades com responsabilidades na matéria.

Não nos deixemos iludir com algumas vitórias conseguidas com o esforço de muita luta. Não aceitemos a já gasta e mais que vista receita do “prometer o inferno e depois dar o purgatório e ainda ficarmos agradecidos e a dever dinheiro”!

Temos de continuar! Pode ter-se ganho uma batalha, uma refrega, mas a guerra está ainda longe de ser vencida!

Contudo, e como há muito convictamente afirmamos, quem luta pode não ganhar, mas quem não luta já perdeu! E porque acreditamos que só lutando defenderemos e alcançaremos a dignidade de uma vida profissional de que nos honramos, vamos continuar com dignidade, coragem e determinação, a construir o futuro!

A Direcção
Lisboa, 30 de Novembro de 2012